

APRESENTAÇÃO

A problemática religiosa na época contemporânea em Portugal é devedora das grandes transformações que a civilização europeia conheceu com o advento do liberalismo político e económico, as mutações sociais e culturais operadas ao longo dos séculos XIX e XX e, em particular, com novos horizontes de olhar e pensar o ser humano e a sociedade. Significativamente marcada, nos âmbitos político e cultural, pela autonomia da humanidade relativamente à ordem divina, no quadro de um longo e alargado processo de secularização, a compreensão deste processo toma o cristianismo como matriz civilizacional em torno do qual, e em confronto, se desenharam relevantes formas de recomposição societária. A afirmação do indivíduo como referência da consciência social, a valorização da historicidade na definição de identidades e na aceitação ou rejeição das instâncias de autoridade na sociedade, a afirmação de distintos modelos de Estado-nação, a teorização e aplicação de projectos legitimadores do desenvolvimento dos impérios coloniais, a par de dinâmicas de diversificação social, cultural e religiosa das sociedades, foram vectores que se articularam e contribuíram para uma alargada recomposição das dinâmicas religiosas na época contemporânea; dinâmicas marcadas, simultaneamente, por processos de expansão religiosa.

Sob o título “Correntes cristãs, política e missionação nos séculos XIX e XX”, os trabalhos que se publicam neste volume articulam-se, grosso modo, em torno de dois eixos analíticos: 1) relação entre religião, sociedade e política, num processo temporal alargado, que vai da confessionalidade do novo regime liberal à paulatina afirmação da liberdade religiosa tanto no campo político como no campo religioso do catolicismo, passando pela constitucionalização da separação do Estado relativamente às diversas Igrejas e confissões religiosas; 2) sociedade e missionação católica, entendida esta na sua mais abrangente e moderna definição, dirigida tanto a antigos territórios geográficos de missão –

onde “civilizar” se conjugava com “cristianizar”, e “portugalizar” com “catolicizar” – como a novos territórios sociais e formas de compreensão do processo de cristianização relativamente ao país e à sociedade em geral, em processo de lenta mas efectiva laicização de estruturas sociais. Mais do que justapôr-se, estes dois vectores articulam-se e permitem compreender a complexidade do terreno religioso na contemporaneidade do país.

O impacto trazido pelos sucessivos projectos de mudança política e cultural nos séculos XIX e XX fez-se acompanhar pela afirmação e pela concorrência do Estado relativamente às instituições religiosas e a muitas das formas tradicionais de organização e presença eclesial na sociedade, conduzindo as Igrejas em geral e, no caso português, a Igreja Católica, em particular, a redefinir formas e reorientar prioridades na sua relação com os diversos processos de modernização da sociedade. De facto, foi no interior das dinâmicas sociais que o catolicismo político se estruturou, nas suas diversas variantes, e é nesse quadro que importa ser analisado e historicamente compreendido, enquanto expressão de uma identidade religiosa e pertença confessional que hegemonicamente se apresentava como referência histórica e sociológica da nação constituinte. Este foi também o húmus em que se definiram e procuraram aplicar novas formas de missão católica, tanto em territórios de além-mar – colónias ou territórios ultramarinos, como ambivalentemente foram sendo designados, e onde a concorrência protestante se fazia sentir desde o século XIX –, como em territórios da metrópole portuguesa – onde o advento de novas dinâmicas sociais e formas de sociabilidades, bem como uma diversificação, quando não diferenciação, de sensibilidades religiosas e espirituais, exigiam diversificadas formas de enquadramento, de formação e de resposta, expressas por uma “militância católica” de reconquista e de renovação, a que os novos projectos de “democracia cristã” e de “acção católica”, sectorial e global, procuraram dar corpo. Foi neste particular que a ideia de “reinado social de Cristo” emergiu como tópico teológico e horizonte de mobilização católica no seio das sociedades modernas. Assente embora numa imagética da tradição eclesiológica católica sobre a soberania espiritual, a festa de Cristo-Rei – instituída por Pio XI na encíclica Quas primas de 11 de Dezembro de 1925 – ajudou a reconfigurar o catolicismo social novecentista e, simultaneamente, proporcionou um referencial religioso e espiritual que, em última análise, se contrapunha às múltiplas propostas de sacralização do Estado, em particular nas suas formas totalitárias.

No século XIX, em Portugal como noutros países, em particular de hegemonia católica, o empenho do Estado liberal em regenerar a sociedade implicou a apresentação e a aplicação de propostas de reforma eclesial, muitas delas ambicionando um catolicismo mais “evangélico”, embora politicamente marcadas pela ideia de tutela do Estado relativamente à Igreja ou, pelo menos, de subordinação desta relativamente àquele, com a consequente funcionarização dos seus agentes, a partir de uma perspectiva regalista e, nalguns casos, da ideia de “Igreja nacional”. Se, num primeiro momento, a implantação do projecto político liberal potenciou a divisão e a instrumentalização da Igreja e dos católicos – pois dividida estava a sociedade em diversos campos políticos –, em fase ulterior, a questão católica enquanto questão religiosa autonomizar-se-ia relativamente à questão política, na sequência nomeadamente da perspectiva leonina de “ralliement”, a qual contribuiu para recentrar no terreno “social” a intervenção da Igreja e dos católicos, valorizando simultaneamente novos meios de actuação, como a chamada “boa imprensa” e modalidades diversificadas de associativismo. Ainda assim, tal evolução não impediu, em Portugal, o avolumar de uma “questão religiosa” que, transitando da dinâmica socio-cultural e política da Monarquia Constitucional, viria a radicalizar-se com a política desenvolvida pela 1ª República, pelo menos, até à Primeira Grande Guerra. É no interior desta vasta problemática que se situam os contributos trazidos pelos primeiros cinco textos publicados: «O romantismo político do padre Marcos», de Francisco Corromeu; «A Palavra e a implantação da República no Brasil: entre a neutralidade política como princípio e a militância», de Eduardo Cordeiro Gonçalves; «Estrella d’Alva: um jornal ao serviço do nacionalismo católico (1901-1902)», de Maria Lúcia de Brito Moura; «Protestantismo e Republicanismo: o percurso de Eduardo Moreira, protestante e membro do Partido Republicano Português», de Rita Mendonça Leite; «Construir a história: a sede do CADC de Coimbra», de Joana Brites.

Na perspectiva do catolicismo integral, que o século XIX ajudou a definir e modelar, a extensão do reinado social de Cristo constituía uma prioridade para a novel Acção Católica Portuguesa – instituída em 1933 –, a qual fez sua a festa de Cristo-Rei. A sua tarefa implicava uma dinâmica com duplo objectivo: formar “um escol” e influir na “massa”, cristianizando e dando visibilidade à Igreja Católica nos diversos sectores da sociedade moderna, em particular nos considerados mais “descristianizados”, como o operariado e a juventude. A par de um marcante catolicismo social, foi também na Acção Católica que nasceram e se desenvolveram

novas intuições e protagonismos no agir, alguns dos quais frutificariam ao longo das décadas seguintes como inovações pastorais: o “apostolado do semelhante pelo semelhante”, preconizado pelo papa Pio XI; o método da “revisão de vida”, aprendido na escola da JOC (Juventude Operária Católica) de Joseph Cardijn, seu fundador e figura emblemática do movimento católico internacional; a afirmação do “apostolado de leigos”, apoiado na presença e acompanhamento hierárquico dos “assistentes eclesiais”, função para que se recrutaram e formaram dezenas de padres em todo o país, e a partir donde se projectaram figuras como a do padre Abel Varzim; a distinção entre “missão interna” e “missão externa”, conforme a uma visão que muito contribuiu para a reflexão missiológica e a reformulação da própria noção de missão; e, por último, a ideia de “militância católica” que, sendo-lhe anterior, aqui encontrou um lugar de expressão ao longo do século XX, incorporando agora a compreensão de que a iniciativa católica não só se tomava como defensora e conservadora dos princípios da religião e da Igreja católicas como se afirmava regeneradora e reformadora social. Além dos dois textos mais directamente relacionados com esta organização – «A Acção Católica Portuguesa e a festa de Cristo-Rei», de Paulo Fontes, e «A Liga Operária Católica: em defesa da concepção corporativa da Doutrina Social da Igreja (1949-1974)», da autoria de Sandra Duarte –, outros trabalhos se lhe referem, mormente o último artigo sobre «Os vencidos do catolicismo: do poema de Ruy Belo, Nós os vencidos do catolicismo (1970), ao problema do ‘vencidismo católico’», de Jorge Revez. Neste último se refere o itinerário intelectual e espiritual de sectores desse ambiente de aggiornamento católico em confronto interno com a morosidade das reformas do regime social e político, mas também eclesial, ou manifestando, mesmo até à ruptura e ao abandono, uma desilusão religiosa, porque antropológica, sobre paradigmas de crença e de actuação.

Um último núcleo de textos refere-se expressamente à problemática da missionação católica, tanto na perspectiva da sua evolução e compreensão, quanto na análise do seu papel em termos de articulação da Igreja Católica com a sociedade portuguesa no seu todo, com particular ênfase no contributo para a definição da soberania e da integração territorial das populações ultramarinas. Neste contexto, desde o final da Monarquia Constitucional até à desagregação do Estado Novo, manifestaram-se tensões entre o desiderato eclesial da missionação na sua dimensão especificamente religiosa e as diversificadas expectativas políticas sobre essa dimensão do agir católico. De facto, se a missionação católica foi percebida por parte do

Estado como um esteio na afirmação do projecto imperial português – mesmo durante a I República –, em contrapartida, a sua concretização obedeceu a outros desideratos e o aprofundamento da reflexão fez dela um terreno privilegiado para o aparecimento de novos entendimentos sobre a missão da Igreja Católica, desencadeando fortes tensões no interior do catolicismo português, mormente em torno da questão colonial e sobre a própria identidade católica e os seus limites. Se esta reflexão vem de longe, acompanhando toda expansão cristã, a emergência do colonialismo moderno, os movimentos de descolonização na Ásia e na África e a posterior eclosão da guerra no ultramar português, foram oportunidades para essa reformulação da consciência católica, simultaneamente marcada pelos pontificados de João XXIII e Paulo VI. Esta problemática tornou-se assim um pólo de referência e confrontação no seio do militantismo católico português desde o final da década de 50 do século XX.

No entanto, pelo menos até ao II Concílio do Vaticano, a missionação católica ad gentes situou-se sobretudo no âmbito de organização e de acção eclesiástica. Tal facto ajuda a compreender e valorizar a importância de se estudar o percurso e o pensamento de muitas figuras de padres e bispos, como aquelas que os artigos fixam, num variado contraste de experiências e sensibilidades: «D. António Barroso (1854-1918): missionário reformador», de Amadeu Gomes de Araújo; «D. José da Costa Nunes (1880-1976): um cardeal no Oriente», de Susana Goulart Costa; e «O pensamento missionário do padre Joaquim Alves Correia (1886-1951)», de Maria Odete Soares Martins. Por outro lado, se a missionação católica sempre mobilizou certo imaginário nacional e, conseqüentemente, teve necessidade de assegurar o apoio material necessário ao seu desenvolvimento – basta pensar-se no Acordo Missionário de 1940 –, paralelamente a Igreja Católica foi sublinhando sobretudo a necessidade de um enraizamento local, como necessidade de dar expressão a uma nova percepção de universalidade, não eurocêntrica. Nestas circunstâncias, esta mesma questão – simplificadamente, dir-se-ia “nacionalismo português” versus “universalismo católico” – transformou-se num pólo de diferenciação e oposição no interior da sociedade e da própria Igreja Católica presente em Portugal. A reflexão desenvolvida nas primeiras Semanas Nacionais de Estudos Missionários, a acção da Santa Sé a nível internacional, assim como a presença e acção missionária de diversas congregações religiosas e pessoal missionário estrangeiro, são alguns dos lugares onde essas tensões podem ser detectadas e que os restantes artigos analisam: «As Semanas Nacionais de Estudos Missionários (1962-1978)», de Ana Cláudia Vicente;

«The Catholic Church and the Portuguese Dictatorial Regime: the case of Paul VI's visit to Fátima», de Duncan Simpson; e «Adrian Hastings e Portugal: Wiriyamu e outras polémicas», de Pedro Aires Oliveira.

Conforme a estrutura habitual, a revista integra ainda um conjunto de cinco textos na secção de Notas de Investigação, quatro deles relativos à história contemporânea. Dois desses trabalhos referem-se à apresentação e comparação de “casos”, portugueses e brasileiro, do que simplificada e genericamente se costuma designar por formas de religiosidade popular: «A Senhora da Abelheira», de José António Rocha; e «Do curador ao santo: aproximações entre os processos de consagração de Dr. Sousa Martins, Santa da Ladeira e S. João Maria de Agostinho», de Tânia Walter. Dois outros textos referem-se ao que poderíamos designar como formas de associativismo católico contemporâneo, incluindo a própria Acção Católica: «Pias Uniões em Portugal: subsídio monográfico», de J. Pinharanda Gomes; e «A (re)definição da identidade da Juventude Escolar Católica (JEC) no final da década de 60», de David Soares. Fora desta cronologia, publica-se o texto «A Religião e a História: considerações em torno do último número temático de History and Theory», de Ana Cláudia Vicente.

Por último, é de referir que a larga maioria dos textos, tanto os artigos como as notas de investigação, resultam de investigações inicialmente apresentadas e discutidas no âmbito do Seminário de História Religiosa Contemporânea promovido mensalmente pelo CEHR. Em contrapartida, através das restantes secções, em particular nas de Crónica e de Recensões, a redacção da revista procura dar conta de algumas das múltiplas iniciativas, projectos e edições que se desenvolvem actualmente no âmbito alargado da história religiosa de Portugal.

ANTÓNIO MATOS FERREIRA
PAULO FONTES